

Vale quer reflorestar a Amazônia

Rio (AE) — Depois de atrair dois empreendimentos destinados à produção de celulose na Amazônia, às margens da ferrovia de Carajás, no Norte do Brasil, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) está promovendo reuniões com empresários do setor farmacêutico, produtores de borraça, de madeira e fruticultores para lançar novos projetos destinados ao reflorestamento na região. É o ponto de partida do programa dos Pólos Florestais da Amazônia Oriental, que dentro de algumas semanas iniciará a distribuição de sementes e mudas em vagões dos trens de minério, com o objetivo de ocupar, com florestas plantadas, um milhão de hectares de terras devastadas da área de influência da Vale em Carajás.

O gerente de Meio Ambiente da empresa no Rio, Gustavo Bessa diz que o projeto já é um sucesso. "Está se criando uma cultura florestal na região que não existia. Formam-se filias em Acaçilândia (sede da pesquisa florestal da Vale em Carajás) para a obtenção de sementes, e um grupo de fazendeiros do município de Maranhá criou uma comunidade florestal e fez um plano ordenado de fornecimento de mudas para o plantio em conjunto", contou ele. A Vale tem um laboratório vivo de pesquisas em Acaçilândia, instalado em 600 hectares e onde estão plantadas mais de 40 espécies de árvores de mais de 100 procedências — destinadas ao reflorestamento com objetivo econômico-ecológico, e que está funcionando como vitrine do projeto.

A empresa investiu nos últimos 10 anos US\$ 10 milhões (Cr\$ 8,22 bilhões) em pesquisas para reflorestamento da Amazônia. Com base neste trabalho, o governo lançou no início do ano o programa dos Pólos Florestais, sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Regional. Na área de experimentação de Acaçilândia já existem plantações maduras de eucaliptos (para a produção de celulose, matéria-prima para a fabricação de papel), pinus, acácias, ipês, e de árvores frutíferas, que vêm resultando em colheitas surpreendentes de abacaxis, mangas, acerolas e cupuaçus, entre outras frutas tropicais. "Desfizemos o mito de que é impossível plantar florestas na Amazônia", disse o responsável pela área de meio ambiente da Vale.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ligado à Secretaria de Meio Ambiente (Semam), já deu seu apoio à idéia básica do projeto. O Ibama participou da comissão interministerial que analisou e desenvolveu o projeto, sob a coordenação da Secretaria

de Desenvolvimento Regional. Também o Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia (Inpa) participou da comissão e assinou a exposição de motivos, ao lado da Semam, da Vale do Rio Doce, da Secretaria de Ciência e Tecnologia, da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa) e de representantes do Pará, Maranhão e Tocantins — Estados "atravessados" pelo projeto — todos em princípio interessados no projeto.

Uma fundação de direito privado está sendo organizada para gerir o projeto dos Pólos Florestais. A primeira reunião foi realizada no dia 17 no Rio, sob a coordenação da Companhia Vale do Rio Doce. Na fundação terão assento, além da Vale, as empresas privadas interessadas nos projetos de reflorestamento, o governo federal, os governos do Pará, Maranhão e Tocantins e entidades científicas como o Inpa e o Museu Goeldi.

Organizações não-governamentais (ONGs), com participação garantida na próxima Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) vêm contestando o projeto. Elas dizem que os Pólos Florestais procuram somente viabilizar indústrias em áreas degradadas da Amazônia.

Mas Paulo Gustavo Pereira considera essa crítica simplista e precipitada. Segundo ele, as pesquisas conduzidas pela Vale demonstram que a preservação de espécies nativas em 30% de cada área garantirá circulação da fauna. Além disso, ainda está em elaboração o "zoneamento ecológico-econômico" das áreas abrangidas pelo projeto, a cargo da Secretaria de Assuntos Estratégicos, do governo, com participação do Ministério da Economia, da Secretaria de Desenvolvimento Regional e de Ciência e Tecnologia.

Agora, a Companhia Vale do Rio Doce procura investir em empreendedores para investirem nas fazendas florestais da região. Já se associaram à empreitada fabricantes de celulose e papel, em dois projetos definidos. Um deles é o da Celmar (Celulose do Maranhão), para reflorestar uma área de 100 hectares na parte central do eixo da ferrovia de Carajás com 1.670 pés de eucaliptos e a produção de 420 mil toneladas de celulose por ano, a partir do final desta década. A Vale tem participação minoritária, em conjunto com as empresas paulistas de papel e celulose Ripasa e Simão, e a trading company japonesa Nishio Wal, com investimento previsto de US\$ 1,3 bilhão (Cr\$ 808,6 bilhões).

O outro projeto de reflorestamento à base de eucaliptos engajado no programa Pólos Florestais chama-se Florar. Ele reúne a Vale e a empresa Aracruz de Papel e Celulose (do Espírito Santo) para a produção de 500 mil toneladas de celulose em outros 100 hectares de terras, no primeiro terço da área de influência da ferrovia de Carajás. O Brasil já lidera o ranking mundial em florestas plantadas para a produção de celulose e papel e dobrará a sua disponibilidade com esses projetos na Amazônia, de acordo com Gustavo Bessa, da Vale. A maior parte desta produção se destinará à exportação e os projetos preveem a futura implantação de indústrias para a fabricação de papel na própria região.

Contudo, uma das questões de definição mais complicada diz respeito exatamente à forma de fiscalização do projeto. Ainda se discute de quem seria a atribuição de fiscalizar o reflorestamento e se ele está sendo feito de acordo com o planejado. A Semam vem sugerindo que a comunidade compartilhe a fiscalização, ao lado do Ibama e das entidades ambientalistas dos Estados, e também que haja um mecanismo para assegurar a responsabilidade dos empreendedores na auto-fiscalização em cada área e projeto aprovado — como informou o diretor da Semam. O plano de viabilidade de implantação de cada projeto incluirá, além disso, relatórios de impacto ambiental (RIMA) que deverão ser submetidos à secretaria e aos governos estaduais, e os empreendimentos que terão a participação da Vale do Rio Doce ou de outras estatais, antes de serem locados, precisando de aprovação do Congresso Nacional.

A área destinada aos investimentos é enorme. São 10 milhões de hectares de clareis desmatados em meio à floresta em 300 quilômetros (150 de cada lado) nas margens dos 890 quilômetros de extensão da ferrovia. A estrada de ferro nasce na reserva de minério de ferro da Vale em Carajás, no Pará, passando pelo Estado do Tocantins, e vai até o porto de Itaqui, no Maranhão. Na Amazônia estima-se que há 38 milhões de hectares de terras desmatadas. Portanto, a terça parte do que foi desflorestado fica dentro da área de influência da Vale.

A empresa pretende fazer do programa dos Pólos Florestais um ponto de partida para multiplicar iniciativas de florestas plantadas em toda a Amazônia, segundo disse o ambientalista Gustavo Bessa. Ele acredita que o programa seja a única oportunidade de recuperação das áreas desmatadas da região.

Mais queimadas no Centro-Oeste

São Paulo (AE) — Na temporada de queimadas deste ano, o Brasil registrou nada menos do que 447.180 pontos de fogo entre julho e setembro. Ao contrário do que acusam os países desenvolvidos, entretanto, a maioria das queimadas não está associada a desmatamentos recentes na Amazônia mas a áreas agrícolas. Os registros ficaram com o Centro-Oeste e o Meio-Norte brasileiros, o polígono formado pelas divisas do estado de Tocantins com Pará e Maranhão, limitado ao sul pelo Mato Grosso. É uma região de florestas de transição e cerradas, parcialmente ocupada por pecuaristas, produtores de grãos e pequenos agricultores, onde se inclui o Bico do Papagaio, famoso pela violência em questões agrárias.

As florestas de transição são mais baixas e menos densas do que a floresta amazônica e os cerrados são compostos de gramíneas e árvores esparsas. No polígono das queimadas, em especial a ocupação humana é antiga e cheia de conflitos entre lavradores, produtores de grãos e pequenos agricultores, onde as queimadas também funcionam para encobrir grilagens, atividades e desmatamentos ilegais. Ali, a pouca vegetação natural que resta já está bastante degradada.

O estrago causado pelas queimadas não pode ser dimensionado em

quilômetros quadrados porque o satélite NOAA-11, usado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) no monitoramento, é meteorológico e não tem precisão para avaliar áreas, apenas localiza os pontos. Com o monitoramento das queimadas por imagens do satélite é muito difícil garantir se a área queimada é de florestas recém-derrubada ou pastagem.

Mas, comparando imagens do satélite Landsat com a localização dos pontos de queimadas em mapas como o produzido pelo INPE e pela INEA para a "Agência Estado", é possível conferir se são áreas muito ocupadas, pouco ocupadas, áreas de avanço da fronteira agrícola, ou áreas de florestas, primária e cerrados ainda intactos. E o que se verificou, neste ano, como no ano passado, é que a maioria dos pontos de fogo se localiza em áreas já ocupadas, de uso predominantemente agrícola ou pastoril.

Na Amazônia, percentual menor. Tal observação pode, de certa forma, ser traduzida em números. No caso do mapa que condensa as queimadas do mês de junho, por exemplo figuram pouquíssimas queimadas nos seis Estados amazônicos (Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima e Pará). Durante todo o mês de julho, foram registrados 144 pontos de fogo nos 3,578 milhões de quilômetros qua-

drados desses estados. O mesmo número foi registrado apenas numa pequena área de 18 mil quilômetros quadrados, no sul do Maranhão. Se comparado com o total de 5.587 pontos de fogo em todo o Brasil, esses 144 pontos de fogo na Amazônia representam 2,5%.

É verdade que no mês de junho as chuvas retardatárias atrapalharam muito os adeptos das queimadas, sendo que permaneceu úmida durante quase todo o mês. Nos meses de julho, agosto e setembro aumentou o percentual das queimadas na Amazônia, comparado com o total registrado em todo o Brasil. Mas, mesmo no mês de julho (setembro), as queimadas na Amazônia não ultrapassaram o limite de 18 do total brasileiro. A maior parte das queimadas detectadas se localiza nas bordas mais povoadas da região amazônica: sul e leste do Pará, Rondônia e as divisas dos estados do Amazonas e Pará com o Mato Grosso.

Em julho, os seis estados amazônicos tiveram 1.303 pontos de queimadas, contra 17.303 registros para todo o país (13,04%). Em agosto foram 2.723 registros na Amazônia em um total de 296.983 para o Brasil (11,04%). E, em setembro, 88.123 focos ardentes nos estados amazônicos, contra 214.009 do total brasileiro (17,81%).

Destruição da camada de ozônio

Campinas, SP (AE) — Novas evidências apontam para a destruição da camada de ozônio devem acirrar as discussões sobre medidas de contenção de poluentes nas reuniões preparatórias da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). De acordos e tratados que serão assinados em junho de 1992, no Rio de Janeiro, na verdade, têm seus detalhes acertados durante as exaustivas reuniões preparatórias. Tais reuniões são divididas por temas e contam com a assessoria científica de pesquisadores de todo o mundo.

Em Les Diablerets, na Suíça, entre 14 e 20 de outubro, durante a última preparatória sobre mudanças climáticas e gases do efeito estufa, os cientistas reuniram num documento as mais recentes descobertas sobre a destruição da camada de ozônio. As conclusões mais importantes foram anunciadas na terça-feira passada (dia 22), pelo secretário do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Pnuma), Mustafá Tolba. A última do documento foi fornecida à Agência Estado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

O documento diz que a destruição

do ozônio já não se limita ao buraco identificado sobre a Antártica e monitorado desde 1987. Também a camada de ozônio sobre as altas e médias latitudes do Hemisfério Norte (Alaska, Canadá, Europa do Norte, Sibéria e Groenlândia) tem apresentado significativos decréscimos durante o inverno. E, pela primeira vez este ano, registraram-se durante a primavera e o verão. Nestas regiões ainda não há buracos, mas a camada de ozônio apresenta várias "falhas": zonas onde o gás é muito rarefeito, como um tecido esgarçado, que deixa passar os raios ultravioleta do Sol. O documento aponta, ainda, a destruição do ozônio nas altas e médias latitudes do Hemisfério Sul (Argentina, Chile, Austrália e Nova Zelândia).

Os buracos e as "falhas" na camada de ozônio são temporários e estão associados a dois fatores importantes: a presença da luz solar e o transporte dos gases na atmosfera. A reação química que destrói o ozônio depende da luz solar para ocorrer e, por isso, é chamada de reação fotoquímica. No Pólo Sul, a luz solar durante o inverno e a circulação atmosférica concentram os gases sobre a Antártica. Os poluentes se acumulam sem reagir com o ozônio. No fim do inverno, quando o Sol reaparece,

os poluentes reagem todos ao mesmo tempo, dando origem ao buraco na camada de ozônio.

Segundo o documento, até 1989 acreditava-se que a extensão do buraco variava num padrão sazonal: num ano era maior, noutro menor. Mas a influência dos poluentes já é tão severa que nos últimos três anos não houve variação o tamanho do buraco, tão grande quanto em 1987, repetiu-se em 89, 90 e 91.

Fura do Círculo Polar Antártico, nas altas latitudes, do Hemisfério Norte ou Sul, a luz solar não chega a desaparecer totalmente durante o inverno e a destruição do ozônio é menos concentrada, mas também ocorre preferencialmente no fim daquela estação. As evidências de "falhas" no ozônio durante o verão e a primavera indicam sinais de agravamento da poluição e o consequente prolongamento das reações que destroem o ozônio. Tem mais. De acordo com a incidência da luz solar, as "falhas" se "revezam": surgem no Hemisfério Norte quando há a primavera e a luz solar incide sobre poluentes acumulados no inverno, depois sozinhos e reaparecem no Hemisfério Sul, quando aqui é primavera e a luz solar incide sobre poluentes acumulados no inverno. O mesmo processo fotoquímico se repete na camada de ozônio, desta vez sobre o Equador.